

# Série de seminários/consultas pela internet: “Os futuros da educação: aprendendo a tornar-se”

**Promover ideias e debates para repensar o desenvolvimento, o conhecimento, a aprendizagem e a educação em um mundo de profundas mudanças**

10 de setembro de 2020

## Relatório e síntese do seminário e consulta pela internet nº 3: “Produção, acesso e governança do conhecimento”

---

Link para o vídeo: <https://youtu.be/nseJEtFYMkQ>

---

### Contexto

De acordo com indicadores internacionais, de 2011 a 2016 o Brasil alcançou a décima posição na produção científica mundial, entre mais de 190 países. Mais de 90% dessa produção tem origem em universidades públicas. O país conta com sociedades científicas de larga tradição, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SPBC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC). Com a ampliação das oportunidades de acesso à educação superior, diferentes segmentos da população brasileira alcançaram os níveis mais elevados de formação acadêmica, como pesquisadores indígenas e intelectuais negros e negras de diversas origens sociais. Iniciativas como a Iniciação Científica (PIBIC, criada em 1951), para estudantes do ensino superior, e outras voltadas para estudantes do ensino fundamental e médio (Olimpíadas de Matemática – OBMEP; Iniciação Científica Júnior) buscaram motivar os estudantes a trilharem o caminho da investigação científica. Recentemente, a pesquisa brasileira enfrenta dificuldades decorrentes do corte de recursos, bolsas e encerramento de programas. Há pouco mais de um ano, dez ex-ministros da área manifestaram “profunda preocupação diante das ameaças no tocante à educação, em geral, e à CT&I [ciência, tecnologia e inovação] em particular. Agravam-se os cortes orçamentários drásticos que poderão levar ao retrocesso sem paralelo na história da ciência brasileira, área essencial e crítica, tanto ao desenvolvimento econômico e social quanto à soberania nacional”.

A produção científica, por outro lado, tende a ignorar outros saberes. O racismo e as diversas formas de violência, material e simbólica, contra os povos tradicionais também impactam as visões de mundo produzidas por esses grupos sociais. Trata-se de um *epistemicídio*, uma das mais brutais consequências da violência que persiste por séculos contra as populações subordinadas. Outros

modos de vida são silenciados e inviabilizados, e seus saberes destituídos de legitimidade e reconhecimento.

Na atualidade, o alargamento do olhar para outras perspectivas epistemológicas vem acompanhado da demanda por uma educação ao longo da vida. A produção de conhecimentos alcançou tal volume e seu acesso tamanha amplitude que, em todas as áreas do conhecimento, é fundamental dar atenção às novas fronteiras que se vão abrindo. Para tanto, a educação deve, por um lado, garantir níveis básicos de aprendizagem a partir dos quais as pessoas constroem suas trajetórias e, por outro, ampliar oportunidades para que cada pessoa seja capaz de desenvolver suas capacidades e contribuir para o bem comum.

## *Objetivo, perguntas orientadoras e participantes*

### **Objetivo:**

Nas palavras da diretora e representante da UNESCO no Brasil, Marlova Noletto, a iniciativa Os Futuros da Educação tem como objetivo pensar a educação e dar forma ao futuro; nesse sentido, as crescentes desigualdades aprofundadas pela pandemia da COVID-19 impõem um desafio ainda maior. É fundamental pensar a educação da qual precisamos para o mundo que queremos. A educação é considerada um direito humano fundamental, motor do desenvolvimento sustentável e tem a responsabilidade de formar mentes críticas para momentos críticos. Pensando nisso, a iniciativa lançada pela diretora-geral da UNESCO, Audrey Azoulay, está catalisando um debate mundial sobre como devemos repensar o conhecimento, a educação e a aprendizagem em um mundo de crescentes complexidades, incertezas e precariedade.

O tema deste seminário é desafiador. Como podemos trabalhar para que o conhecimento seja, de fato, um bem mundial e acessível para todos? Como o conhecimento pode ajudar a promover a diversidade e a pluralidade, e respeitar as diferenças do mundo, ao mesmo tempo em que as assimetrias e as desigualdades persistem? Como tornar a produção do conhecimento e a pesquisa científica, tão importantes no momento de pandemia em que vivemos, acessíveis a todos, para que sejam mais inclusivas, transparentes e democráticas? Considerando a importância dos recursos educacionais abertos (REA), como lidar com o desafio da conectividade, cuja ausência aprofunda as desigualdades? Tendo em vista todas essas questões, o debate se concentrará em como tornar a produção do conhecimento acessível a todos, a serviço de um mundo mais igual, justo e inclusivo, no qual ninguém seja deixado para trás.

Para André Lázaro, o preâmbulo da Agenda 2030 começa com um trecho muito tocante: “Todos os países e todas as partes interessadas estão conclamados a tomar medidas ousadas e transformadoras, que são urgentes e necessárias para o mundo, para um caminho sustentável e resiliente. Os 17 Objetivos são integrados e indivisíveis e equilibram três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental”. Essa transformação urgente e necessária será realizada com, pela e através da educação, da cultura, da ciência e do conhecimento. Não haverá transformação que garanta os direitos de todos sem uma visão de cultura que valorize

a diversidade e a ciência, sem uma visão de educação inclusiva, democrática e participativa. A força que a educação pode exercer nesse processo de transformação é o que nos motiva a realizar este terceiro seminário sobre produção do conhecimento, com convidados de extrema capacidade para ajudar a encarar esse desafio de outras maneiras.

#### **Perguntas orientadoras:**

- Como conceber e respeitar o conhecimento como um bem comum mundial?
- Como considerar, na e por meio da educação, as diferentes vozes e os conhecimentos locais e indígenas?
- Como promover o intercâmbio cultural, a pluralidade e o fluxo dos conhecimentos, ao mesmo tempo em que se abordam assimetrias persistentes?
- Como tornar a pesquisa científica e outros processos de produção, compartilhamento e aplicação de conhecimentos mais inclusivos e democráticos, para que sejam mais transparentes, disponíveis e participativos?

#### **Participantes:**

**Marlova Noleto** (apresentação) – diretora e representante da UNESCO no Brasil.

**Rebeca Otero** (apresentação) – coordenadora do Setor de Educação da UNESCO no Brasil.

**André Lázaro** (apresentação e moderação) – diretor de Políticas Públicas da Fundação Santillana no Brasil.

**Luiz Davidovich** – presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC). Tem graduação em física pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1968) e doutorado em física pela University of Rochester (1976). Atualmente é professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Realiza pesquisas na área de física, com ênfase em óptica quântica e informação quântica. É membro da ABC, da Academia Mundial de Ciências (The World Academy of Sciences – TWAS) e da National Academy of Sciences (EUA).

**Lúcia Delagnello** – mestre e doutora em educação pela Universidade de Harvard. Atualmente é diretora-presidente do Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB). Atuou como consultora do Banco Mundial e de fundações nacionais e internacionais nas áreas da educação e desenvolvimento humano. Foi secretária de Estado da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa Catarina, onde coordenou a elaboração e implementação de políticas públicas nas áreas de desenvolvimento sustentável, desenvolvimento econômico, inovação, educação para sustentabilidade, empreendedorismo e meio ambiente.

**Timothy Ireland** – professor titular da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Tem graduação em letras e língua inglesa (English Language and Literature) pela Universidade de Edimburgo (1971), mestrado em educação de adultos pela Universidade de Manchester (1978) e doutorado em educação de adultos, também pela Universidade de Manchester (1988). Atualmente é professor dos programas de Pós-graduação em Educação (PPGE) e em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas

Públicas (PPGDH) e coordenador da Cátedra da UNESCO em Educação de Jovens e Adultos (EJA). Tem experiência na área de educação, com ênfase em educação de adultos, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas públicas de EJA, políticas internacionais de aprendizagem e educação ao longo da vida, educação em prisões, alfabetização de jovens e adultos, educação popular e cooperação Sul-Sul.

**Rosane da Silva Borges** – jornalista, pesquisadora colaboradora do Centro Multidisciplinar de Pesquisas em Criações Colaborativas e Linguagens Digitais (Colabor), da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP). É doutora e mestre em ciências da comunicação pela USP (2008), ex-coordenadora nacional do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra (CNIRC), da Fundação Palmares, órgão do Ministério da Cultura (2013). Tem diversos livros publicados, entre eles: “Esboços de um tempo presente” (2016), “Mídia e racismo” (2012), “Jornal: da forma ao discurso” (2002), “Rádio: a arte de falar e ouvir” (2003) e “Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro” (2004).

### *Análise dos temas abordados na sessão*

**Luiz Davidovich:** Se olharmos a Terra à noite, observamos que a distribuição da energia elétrica representada pelas luzes do mapa aponta para a imensa desigualdade que existe no mundo, pois os pontos de luz se concentram em países e continentes mais desenvolvidos economicamente. Essa desigualdade se reflete em muitos outros mapas. O mapa de toneladas de emissões de CO<sub>2</sub> *per capita* por ano, por exemplo, mostra que as regiões mais iluminadas do primeiro mapa também são as que mais poluem o ambiente. O mapa sobre segurança alimentar no mundo também apresenta um padrão semelhante àquele da distribuição de luzes.

Esse é o cenário mundial com o qual nos defrontamos e que também diz respeito à América Latina e ao Caribe, região com desafios e vantagens do ponto de vista mundial. Além de compartilhar de todos esses desafios da região, o Brasil também tem seus próprios problemas e enfrenta obstáculos para aproveitar as vantagens do território. As universidades brasileiras foram criadas muito tarde.

Apesar do atraso, é impressionante o que tem sido feito nas universidades brasileiras em termos de produção de conhecimento. No entanto, o acesso a todo esse conhecimento produzido por instituições brasileiras ainda é muito reduzido. Embora o Brasil tenha uma população com mais de 200 milhões de habitantes, há milhões de cérebros de crianças e de jovens desperdiçados nas comunidades, nos morros, nos mangues e nas periferias das grandes cidades. Além de ser, evidentemente, uma questão de justiça social, isso está prejudicando o desenvolvimento do país.

Sobre a governança do conhecimento, não faltam propostas. A 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável (CNCTI), em 2010, resultou no “Livro azul”, escrito com vários segmentos da sociedade brasileira, como a

academia, o governo, a indústria, os movimentos sociais, os sindicatos, os trabalhadores e os indígenas, e que traz propostas para o desenvolvimento do país. A última Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, aprovada pelo CNCTI, foi baseada nesse livro. A academia tem elaborado vários documentos com propostas de políticas públicas.

A biodiversidade da Amazônia, do Cerrado, do Pantanal mato-grossense, da Serra do Mar e dos Pampas é um grande potencial que está sendo dizimado pelo desmatamento da Amazônia e de outros biomas nacionais.

Apesar de todo esse tesouro a ser explorado pela indústria e pela educação, há uma grande oscilação no orçamento dos principais fundos de apoio à pesquisa científica e tecnológica no Brasil, no período entre 2000 e 2020.

Estamos em um outro momento da história da humanidade, em que uma pandemia impacta todo o planeta. Assim, a pergunta é: como será esse “pós-pandemia”? O que faremos em relação à educação precária do Brasil, à ciência, à tecnologia e à inovação com recursos muito deficientes? Qual vai ser a postura da sociedade brasileira diante desse desafio do pós-pandemia? A recuperação econômica após a pandemia não se dará apenas com a contenção de gastos, mas também com investimentos. Está demonstrado mundialmente que os investimentos mais produtivos para alavancar uma sociedade estão na ciência, na tecnologia, na inovação e na educação de qualidade para todos.

A discussão sobre produção de conhecimentos e educação ainda é uma discussão muito ocidental que, ocasionalmente, inclui referências a outros paradigmas e epistemologias, como uma forma de reconhecimento, mas que, ao mesmo tempo, não os inclui de forma significativa. Nesse sentido, a última iniciativa da UNESCO de pensar o futuro da educação, o documento “Repensar a educação: rumo a um bem comum mundial?”, fez referência a outras epistemologias do Sul e colocou uma questão importante, que é a de recontextualizar a educação e o conhecimento não mais como bens públicos, mas como bens comuns mundiais. O documento enfatiza a importância do processo participativo na definição do que é um bem comum que leve em consideração a diversidade de contextos, conceitos de bem-estar e ambientes de conhecimento.

**Timothy Ireland:** Estes são quatro conceitos básicos que são o ponto de partida desta reflexão:

- *Vidas e aprendizagem* – Boaventura de Sousa Santos diz que a vida humana representa 0,01% de todas as formas de vida do planeta. Todas as formas de vida aprendem; caso contrário, elas morrem. Para os seres humanos, a aprendizagem faz parte do DNA e é uma estratégia de sobrevivência básica, que aprendemos ao longo das nossas vidas, da infância à velhice, sempre que existe a condição de aprender.
- *Tempo* – falar sobre educação ao longo da vida implica questões de tempo. Célia Xakriabá falou no primeiro webinar desta série que seu avô poupou dinheiro até

conseguir comprar um relógio, somente para descobrir que, com a compra do relógio, ele perdeu seu tempo.

- *Humanidade e sociabilidade* – essa é a antítese da fatídica expressão da “dama de ferro” Margaret Thatcher, que afirmava que não há sociedade, somente indivíduos. Sua fala é a negação da essência da humanidade.
- *Justiça cognitiva* – a expressão se refere ao direito a todas as formas e tradições de conhecimento e de coexistir em público sem coerção.

Os mundos humano e natural fazem parte de uma origem única, uma unidade na qual uma parte depende da outra. Ao explorar o mundo natural, cria-se um desequilíbrio com consequências desastrosas para o delicado equilíbrio entre as partes, e o novo coronavírus constitui um exemplo concreto disso.

Conhecer o mundo de uma forma diferente é o resultado de premissas epistemológicas diferentes das premissas sancionadas pela modernidade.

Nessa busca, compreende-se a educação não apenas como um processo lógico e intelectual, mas também como um processo profundamente afetivo e social que interage com a vida das pessoas em termos *temporais* (educação e aprendizagem ao longo da vida e na dimensão histórica); em termos de *diversidade* (pluralidade dos sujeitos, mulheres e homens que vivem nos mais diversos contextos, orientados por distintas visões cosmológicas e religiosas); em termos de *conteúdo* (aprender é viver a vida como o último currículo); em termos de *qualidade de vida* (bem-estar e bem viver humanos, dentro da perspectiva da ecossustentabilidade e da convivência planetária como objetivos centrais de qualquer política de desenvolvimento); e em termos *transformativos e emancipatórios* (a educação como uma necessidade humana fundamental e parte de nossa vocação ontológica).

Precisamos buscar as várias epistemologias e as várias formas de criar conhecimento, sermos mais humildes e não acharmos que o modo ocidental é sempre o correto. Há outras formas de ver o mundo, e há ciências que também produzem conhecimento. Precisamos aprender essas outras formas de ver e conhecer o mundo. Esse processo dura a vida toda, pois vamos mudando e aprendendo ao longo da vida. Assim, os processos de aprendizagem na educação precisam ser pensados de forma flexível, acompanhando as pessoas ao longo de sua militância vital.

**Lúcia Delagnello:** Não é possível falar sobre produção, acesso e governança do conhecimento sem pensar no papel da tecnologia e nas desigualdades, no Brasil e em vários países do mundo, em relação ao acesso e ao tipo de participação que as pessoas têm na internet e nos meios digitais.

Desde 2012, a ONU mostra que o acesso à internet banda larga é condição necessária para o exercício dos direitos sociais básicos. Assim, um cidadão no mundo de hoje que não sabe usar a internet está deixando de ter a possibilidade do exercício de direitos sociais básicos, como a educação.

A atual pandemia mostrou que, além de escolas conectadas, é preciso que estudantes e professores estejam conectados. Há uma geração de estudantes que frequentam as escolas públicas e que usam a tecnologia em vários aspectos da sua vida, mas que, na educação escolar, não a utilizam para ampliar o acesso e a produção de conhecimento.

Além da desigualdade em termos de acesso, há desigualdades no tipo de participação das pessoas que usam a tecnologia, que se resume a uma postura de meras consumidoras. O brasileiro costuma aderir muito facilmente a uma nova tecnologia ou rede social, mas há um conjunto de conhecimentos em relação a essas tecnologias que a maioria da população desconhece. É preciso que os consumidores de tecnologia possam ir além e passem a ser usuários críticos e criadores de novas tecnologias.

A cultura digital, que há alguns anos era considerada um conhecimento específico, hoje é reconhecida como um conhecimento que qualquer pessoa precisa ter para exercer sua cidadania no século XXI. Os estudantes precisam ter esse conjunto de conhecimentos para entenderem, por exemplo, qual algoritmo o Google usa para recomendar um *site* quando é realizada uma pesquisa na plataforma, qual critério é usado e como é decidida a ordem das respostas que aparecem.

Não podemos ser ingênuos em pensar que a tecnologia tem somente impactos positivos na produção, no acesso e na distribuição do conhecimento. A tecnologia é uma grande aliada em termos de equidade no acesso ao conhecimento, mas também traz em si práticas e desigualdades que precisam ser combatidas.

É preciso construir um novo modelo pedagógico no qual a tecnologia seja, de fato, incorporada, e transforme as práticas pedagógicas que, até hoje, são muito tradicionais, com um professor falando na frente de estudantes que passivamente o escutam, fazem exercícios e reproduzem o conhecimento transmitido.

O grande legado para a educação daqui em diante é a reflexão sobre o impacto que a pandemia teve em acelerar a incorporação das tecnologias na educação. Porém, será preciso pensar em novos modelos pedagógicos e de financiamento para fazer da tecnologia uma alavanca para a educação.

Pensar em como queremos que a tecnologia tenha impacto na educação está relacionado com que tipo de ser humano queremos ser. A educação é basicamente um processo de relacionamento humano, e não queremos que a tecnologia substitua essa relação. No entanto, queremos, sim, que a tecnologia garanta equidade de acesso ao conhecimento e um acesso mais democrático a esse conhecimento coconstruído por todos.

**Rosane da Silva Borges:** Mais do que uma técnica, a educação é uma arte que sempre se dá no jogo de temporalidades. Para Freud, mais do que evitar o suicídio, a escola tem a função de ativar o desejo de viver, e é disso que se origina a ideia da impossibilidade, pois essa função da escola carrega um caráter utópico e, se é utópico, é fundamentalmente político.

No debate sobre como a educação pode responder a esse apelo da emancipação da condição humana, o que se vê normalmente, como o próprio Muniz Sodré lembra, é que a educação no Brasil foi se tornando cada vez mais objeto de planilhas e cumprimento de metas do que de uma reflexão radical do que seria essa “impossibilidade da arte de educar”. Sodré convoca todos a pensarem a educação sobre o que é prioritário, o que garantiria essa emancipação humana, ou seja, o vínculo com o que nos faz humanos.

É preciso pensar a pluralidade de epistemologias “outras”, e a diversidade dos sujeitos não é apenas um recurso retórico, um ornamento do currículo. Isso significa reconfigurar a educação, pensar no que nos emancipa, no que faz a educação algo, no sentido freudiano, utópico, impossível; pensar em como a educação subscreve projetos que têm a assinatura do patriarcado, do racismo e do sexismo e que destituem o outro.

Tempos atrás, considerava-se que a informação, a educação e o saber seriam as grandes *commodities* da internet; porém, hoje percebe-se que a opinião e a crença é que são as *commodities* da internet e das redes sociais capitaneadas por essas empresas.

É preciso que a questão fundamental seja como promover uma educação em que saberes indígenas e negros, todos os saberes soterrados, possam configurar como saberes legítimos para pensar a civilização e sobre o que nos faz humanos.

É difícil considerar que o que se vivia no pré-pandemia seria o “normal”. Estamos, na verdade, no contexto do “pós-anormal” dessa “anormalidade” em que pessoas pegavam ônibus lotados, em que há pessoas que, se não saem de casa, não têm o que comer, em que a maioria da população brasileira enfrenta problemas de saneamento básico.

É preciso que “os habitantes da borda do mundo” possam ser não apenas destinatários de políticas públicas educacionais, mas convocados como sujeitos para uma outra ordem civilizatória que o mundo vem desejando nessa tarefa impossível de educar.

Não há fórmula para sair da impotência, pois não saímos dela a partir de fórmulas. Sair dessa impotência é cultivar a capacidade de imaginar outros mundos, imaginar que não podemos mais admitir escolas com insegurança alimentar, por exemplo. O primeiro passo para não ser impotente é se revoltar com esse quadro de grande desigualdade e aliar a imaginação à proatividade.

Os povos quilombolas e indígenas dizem que é preciso ter outra relação com a biosfera, porque a gente é parte dela. A imaginação passa por escutar essas vozes que nos apontam para outras formas de produção, ouvir dessas pessoas e desses grupos que sempre foram desconsiderados nessa “gramática política” do mundo.

Desafios comuns: quais são os desafios educacionais comuns identificados pelos painelistas?

### **Proposta de nova redação:**

*Percepções e desafios comuns nas intervenções dos painelistas*

Ao lado do reconhecimento da ciência como parte do patrimônio comum da humanidade, que deve ser acessível a todas as pessoas, foram destacados alguns pontos:

- a) a necessidade de investimento estável na produção e na difusão dos conhecimentos científicos;
- b) os custos que a exclusão da população pobre e periférica impõe ao país, tanto na dimensão da injustiça social como na perda de talentos; e
- c) a importância das universidades públicas na produção científica brasileira.

Os pontos listados anteriormente indicam desafios que a educação deve enfrentar para ser contemporânea das experiências, das expectativas e das esperanças atuais:

- a) a percepção da radicalização das desigualdades, entre blocos mundiais, no interior das regiões e dos próprios países; nesse sentido, a educação deve enfrentar as desigualdades como tema estruturante de sua visão ética do mundo;
- b) a presença e o impacto das tecnologias aprofundam desigualdades e impõem que a educação reveja suas estratégias, de modo a preparar estudantes e docentes para usos criativos e críticos dos recursos disponíveis; e
- c) reconsiderar epistemologias da modernidade que sustentam a ruptura entre o mundo humano e o mundo natural, com graves consequências para a vida humana, individual e coletiva; é necessário abrir a educação para outros saberes, reconhecer o papel dos sujeitos da “borda do mundo”, como direito e contribuição para a superação da crise, já anterior à pandemia.

Para enfrentar esses desafios, a educação deve superar a fragmentação das disciplinas e fortalecer estratégias de educação ao longo da vida, que considerem as questões locais contextualizados em sua articulação com os processos da globalização. As tecnologias podem ser mobilizadas para dinamizar esse enfoque. A educação também deve romper com a visão individualista e nos levar a compreender a dinâmica coletiva da vida, da sociabilidade e da aprendizagem comum. Para tanto, é necessário incorporar as dimensões afetivas e sociais, transcendendo as práticas que isolam a dimensão intelectual das outras dimensões da vida. Outras epistemologias – de povos indígenas e quilombolas – devem ser reconhecidas como portadoras de valores e saberes que podem nos conduzir para uma visão de mundo mais solidária com o ambiente natural e promotora de justiça cognitiva, social e ambiental.

Quais temas não foram plenamente abordados, ou tiveram uma cobertura menor, e são relevantes de ser considerados no marco dos Futuros da Educação e no âmbito temático do Seminário?

A relação entre a produção do conhecimento e os desequilíbrios regionais foi citada por um dos painelistas, mas o tema tem maior relevo e desempenha um papel estruturante na distribuição de poder no mundo atual. Do mesmo modo, as tecnologias foram citadas como um elemento central nos futuros da educação, mas o papel dos oligopólios de informação não recebeu o destaque necessário, haja vista, por exemplo, os processos que a União Europeia (UE) e os Estados Unidos promovem atualmente para enfrentar o domínio e as práticas sigilosas desenvolvidas em todo o mundo por essas grandes empresas. As menções aos saberes contra-hegemônicos – indígenas, quilombolas e das pessoas que vivem “nas bordas do mundo” – foram relevantes, mas é necessário registrar a violência que essas populações enfrentam atualmente no Brasil, com elevados riscos para as condições de vida e para a própria sobrevivência de diversos grupos.

### *Participação da audiência*

- Análise geral e descrição breve da interação no *chat* (quantidade de perguntas e comentários, temas centrais, tipo de participantes, *links* compartilhados e outros)

Ao todo foram 310 comentários nos quatro canais em que o Seminário foi exibido (por razões técnicas, não foi possível computar os comentários no YouTube da UNESCO). A maior parte das interações foi de cumprimentos e elogios voltados ao tema/à pertinência da discussão e às falas dos convidados. Uma parte importante, no entanto, levantou questões interessantes. Entre elas, destacamos 32 intervenções relevantes. Com um público formado majoritariamente por educadores, teve destaque a preocupação com a formação de professores e com orientações práticas para trabalhar em sala de aula os temas levantados pelos painelistas.

- Ideias emergentes e desafios identificados pela audiência em torno de: 1) as perguntas identificadas para o Seminário (ver Nota Conceitual); 2) as perguntas dirigidas aos painelistas; e 3) outros comentários e ideias propostas pela audiência.

Beto Alckmin questionou: “Gestores escolares com vivências do século XX têm necessidade absoluta de mudança cultural. Formações e capacitações com valorização docente são o caminho?” No mesmo sentido, Caren Leuck Beninca comentou: “Acredito que alguns professores devem se reciclar, e deveria haver cursos preparatórios para os educadores usarem a tecnologia”.

A questão da diversidade no contexto político atual do Brasil também chamou atenção do público, que compartilhou experiências sobre suas turmas em sala de aula e perguntou a opinião dos painelistas, como fez Nivea Santos: “Como trabalhar uma educação na perspectiva da diversidade, se hoje, no Brasil, essa diversidade é vista e apontada como inimiga, como crime? O que é diferente deve ser exterminado? Somos brasileiros e não desistimos nunca. Mesmo com toda a consciência de todas as dificuldades que temos, seguiremos em frente, tentando sempre. Mas não está fácil, pois recebemos ataques diariamente”. Na mesma linha, Zelina Torres perguntou: “Como fazer educação no Brasil se os próprios políticos não incentivam, não valorizam o educador? Ainda estamos na escravidão educacional”.

Fernanda Silva chamou atenção para os espaços ocupados por essas discussões, que, em sua opinião, não chegam até os governantes: “Só vemos os bilionários ficando cada vez mais bilionários. Tenho acompanhado muitas *lives* de educação, mas parece que estamos numa bolha. E as discussões com os representantes do poder público?”. Denise Sá Freire concordou e complementou: “Concordo com a colega que mencionou que parece que estamos numa bolha. Acho que, nesses debates, deveria haver a presença de pessoas do Legislativo, daqueles que são responsáveis por criar as leis”.

Durante o evento, André Lázaro fez uma síntese das questões selecionadas pela equipe e propôs uma rodada de debate baseada nos questionamentos. Em suas palavras, Rosane Borges comentou sobre “um presente miserável e um passado que não passa”. Nesse sentido, os comentários do *chat* são bastante pessimistas. Há pessimismo em relação ao modo como os algoritmos organizam nossa aprendizagem, à formação dos professores, às dificuldades em lidar com essas transições às quais a educação precisa responder. Há também um pessimismo em relação a como se financia a ciência, ao fato de que não há reconhecimento da diversidade, à superação do racismo, à incerteza sobre conseguir alterar o caráter monopolista da produção da informação, à concentração brutal e imoral de riqueza na mão de poucos em detrimento da vida de muitos. Como os painelistas, em suas respectivas áreas de conhecimento, responderiam a quem está assistindo ao webinar e está pessimista? Onde encontrar a força que ilumine a vontade, para enfrentar

as dificuldades mapeadas com tanta clareza e honestidade? Como lidar com as dificuldades e mobilizar o público para essa força pela mudança?

- Métricas dos vídeos:

Canais transmitidos:

- Facebook – Fundação Santillana e UNESCO Brasil
- YouTube – Editora Moderna e UNESCO Portuguese

5.776 visualizações em todos os canais

Pico de 213 pessoas assistindo simultaneamente

11 minutos – tempo médio de visualização por espectador

## *Conclusões*

No encerramento do webinar, André Lázaro propôs uma brevíssima conclusão que considerou os pontos centrais das reflexões dos painelistas. Lúcia Delagnello lembrou do verbo “criar”; Rosane da Silva Borges falou da imaginação; Luiz Davidovich falou da responsabilidade; e Timothy Ireland disse que atravessamos um tempo com dimensões externas e internas, e que nos compete lidar com essas dimensões por fora e por dentro.

Estimular e cultivar o espírito crítico dos jovens é o que pode ser o motor da transformação que a educação promove no mundo. Para isso, é impositivo que avancemos na redução das desigualdades, escancaradas e agravadas pela pandemia, mas que já causavam estragos gravíssimos antes dela. No entanto, a crise pode ser uma janela para que sejamos capazes de enxergar novas formas de construir o mundo, em mais acordo com o planeta e com a diversidade de suas populações, apoiados por uma tecnologia que alcance todos e que seja transparente, para que também possa ser passível de questionamentos.

- Reflexão: desafios a abordar ou aspectos a serem melhorados nas próximas sessões

No terceiro seminário, percebemos que consolidamos um bom modelo de evento e promovemos o diálogo entre os participantes e com o público. Ainda existe uma dificuldade

de estimular boas questões, que foram formuladas, mas que poderiam ser mais abundantes. Nesse sentido, a troca entre os convidados pode melhorar ainda mais. Uma solução seria ter menos convidados, para ter mais tempo para o debate, ainda que isso prejudique a diversidade de opiniões da mesa.

Este relatório de evento foi publicado em 2020 pela Fundação Santillana em cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Representação da UNESCO no Brasil,

As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste relatório não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da Fundação Santillana e da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites.

As ideias e opiniões expressas nesta publicação são as dos autores e não refletem obrigatoriamente as da Fundação Santillana e as da UNESCO nem comprometem a Fundação e a Organização.

Esclarecimento: a UNESCO mantém, no cerne de suas prioridades, a promoção da igualdade de gênero, em todas as suas atividades e ações. Devido à especificidade da língua portuguesa, adotam-se, neste relatório, os termos no gênero masculino, para facilitar a leitura, considerando as inúmeras menções ao longo do texto. Assim, embora alguns termos sejam escritos no masculino, eles referem-se igualmente ao gênero feminino.